

Informe Jurídico – Infância e Juventude

Junho de 2026

01 JURISPRUDÊNCIA

02 NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS

03 INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

04 EVENTOS

SUMÁRIO

01

JURISPRUDÊNCIA

STJ • TJDF

02

NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS

• MPCE • CNJ • CNMP

03

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

Lei nº 15.426/2026 – Fortalecimento dos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes

04

EVENTOS

Capacitação ECA Digital – 8 de junho de 2026



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

CAOPIJ
Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude

STF

Responsabilização de plataformas digitais

Tema 987 - Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, incs. II, IV, IX, XIV e XXXVI, e 220, caput, §§ 1º e 2º, da Constituição da República, a constitucionalidade do art. 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que impõe condição para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos de terceiros.

Tese: Reconhecimento da inconstitucionalidade parcial e progressiva do art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet)

TJDFT

Medidas protetivas em favor de criança e adolescente – ausência de risco atual

A manutenção de medidas protetivas de urgência exige a demonstração de risco concreto e atual à integridade da criança ou adolescente, sendo indevida a prorrogação das restrições fundamentada em condição genérica de vulnerabilidade ou em fatos pretéritos superados.

EMENTA: RECLAMAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE. LEI N.º 14.344/2022. AUSENTES ELEMENTOS CONCRETOS DE RISCO À INTEGRIDADE DA CRIANÇA. MEDIDAS PROTETIVAS. DESNECESSIDADE. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.

(Acórdão 2128024, 0713167-66.2026.8.07.0000, Relator(a): GISLENE PINHEIRO DE OLIVEIRA, 1ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 21/05/2026, publicado no DJe: 04/06/2026.)

02 NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS

MPCE

[Conselho Tutelar e o Termo de Responsabilidade](#)

MP do Ceará emite nota técnica para alertar conselheiros tutelares de que termo de responsabilidade não substitui guarda judicial de crianças e adolescentes.

[Acessar notícia →](#)

MPCE

[Atuação do CT no combate à violação de direitos nas escolas](#)

Nota técnica do MP do Ceará cobra atuação de Conselhos Tutelares de todo o estado no combate a violações dos direitos de crianças e adolescentes nas escolas.

[Acessar notícia →](#)

MPCE

[Audiência pública - Atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes neurodivergentes](#)

MP do Ceará realiza audiência pública em Santa Quitéria para acompanhar atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes neurodivergentes.

[Acessar notícia →](#)

INFORMATIVO CAOPIJ

02 NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS – CNJ /
CNMP

CNJ

[CNJ vai regulamentar autorização judicial para que crianças e adolescentes possam atuar como influenciadores digitais](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou, nesta terça-feira (9/6), a minuta de resolução que estabelece como o Judiciário deverá atuar para a autorização de atuação de crianças e adolescentes como influenciadores digitais. O texto, lido na 9ª Sessão Ordinária de 2026, acompanha as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente Digital (Eca Digital).

[Acessar notícia →](#)

CNMP

[Publicada resolução conjunta entre CNMP e CNJ para proteger crianças e adolescentes da revitimização institucional](#)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicaram, nesta sexta-feira, 19 de junho, a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 16/2026, que estabelece diretrizes para a atuação dos tribunais e do Ministério Público na proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

[Acessar notícia →](#)

TJDFT

[TJDFT fortalece ações de proteção, inclusão e garantia de direitos de crianças e adolescentes](#)

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por meio da Coordenação da Infância e da Juventude (CIJ) e da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (1ª VIJ), vêm desenvolvendo ações que envolvem tanto medidas jurisdicionais quanto projetos desenvolvidos em parceria com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e organizações privadas.

[Acessar notícia →](#)

[Lei nº 15.426/2026, de 3 de junho de 2026](#)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

A Lei nº 15.426/2026 promoveu alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de fortalecer a atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo expressamente os deveres de seus membros, como atuar com probidade, boa-fé, eficiência, respeito às normas e compromisso com a defesa dos direitos infantojuvenis.

A norma também reforçou a transparência e a prestação de contas dos Conselhos, ao exigir ampla divulgação de suas atividades e a elaboração de relatórios semestrais, ampliando os mecanismos de controle social e fiscalização.

Além disso, reafirmou que a função de conselheiro constitui atividade de relevante interesse público e não remunerada, cabendo aos entes federativos disciplinar, em legislação própria, as hipóteses de responsabilização e perda da função, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança e da gestão das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

[Acessar texto integral da lei →](#)

PRÓXIMO EVENTO

Seminário Cuidar e Pertencer:
Saúde Mental e Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes Acolhidos

DIA E HORÁRIO

30 de julho de 2026
8h às 16h

CARGA HORÁRIA

8 horas

PÚBLICO-ALVO

Aberto ao público

LOCAL

Auditório da PGJ

INSCRIÇÕES EM BREVE!



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

CAOPIJ
Centro de Apoio Operacional
da Infância e da Juventude